

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009
Secretaria Municipal de Administração

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando, para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal, o Projeto de Lei que: ***“Altera a Lei Municipal 5.066 de 2006 que regulamenta o Sistema de Previdência Municipal – SISPREM e dá outras providências”***.

Inicialmente é importante salientar que o art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019 estabeleceu a limitação do rol de benefícios do RPPS às aposentadorias e à pensão por morte. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado como um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins. Com relação ao salário-família e o auxílio-reclusão, passaram a ser considerados como benefícios assistenciais, os quais também não devem ser pagos pelo RPPS.

Sendo, assim, a Lei que rege o Regime Próprio de Previdência do Município deve ser alterada para passar a constar como benefícios previdenciários apenas as aposentadorias e pensão por morte em consonância com as determinações constitucionais.

Em relação à majoração da alíquota da contribuição previdenciária para 14%, esta deve estar de acordo com as alterações impostas pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019. Porém, a esse respeito, ressalta-se que a partir do momento que a alíquota do servidor público federal passou a vigorar, surgiu para os demais entes que possuem RPPS instituído, como é o caso de Santana do Livramento, a obrigação de ajustar sua alíquota de contribuição à alíquota mínima estabelecida – 14%.

Salienta-se que a Portaria nº 1.348, de 2019, estendeu até 31/07/2020 o prazo para que a alíquota de contribuição previdenciária de 14% relativamente aos servidores, aposentados e pensionistas estivesse em vigor.

Por fim, relativamente à majoração das alíquotas de contribuição, deve ser observado o prazo nonagesimal para vigência da majoração de percentual de alíquota para 14%, em atenção ao disposto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal. Inclusive, tal prazo está previsto no inciso I do art. 36 da EC nº 103 para a vigência da nova alíquota relativamente aos servidores da União.

Pelo exposto e, principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei para apreciação desse Legislativo, esperando aprovação por parte dos ilustres Vereadores.

Sant'Ana do Livramento, 06 de Julho de 2020.


SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES

Prefeito Municipal